

07 FEV 1988

AVC ANEX P A4

Planalto volta a jogar com hipótese de cinco anos com parlamentarismo

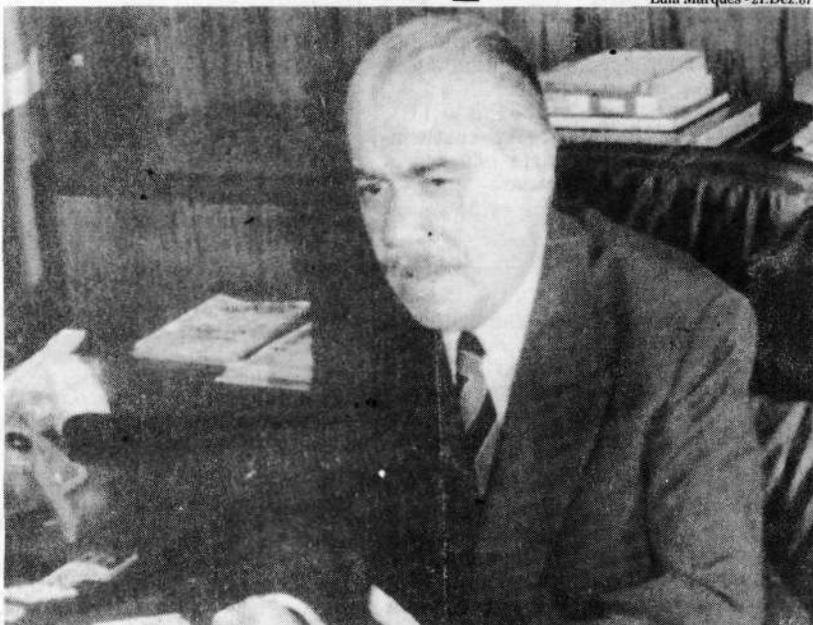
CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

A sensação que se difundiu por Brasília, durante esta semana, de que a tese dos quatro anos de mandato para o presidente José Sarney havia conhecido novo e forte surto de crescimento, bateu no Palácio do Planalto e levou o governo a começar a trabalhar com a hipótese de aceitar o parlamentarismo como sistema de governo, desde que o mandato presidencial fique nos cinco anos desejados por Sarney.

A informação foi dada à Folha pelo deputado federal João Herrmann Neto (SP), um dos vice-líderes do PMDB, que a colheu de interlocutores palacianos, entre eles o filho do presidente, o deputado federal Sarney Filho (PFL-MA). No Palácio do Planalto, entretanto, a informação não é confirmada, como é de hábito no jogo de evitar qualquer vazamento que dê idéia de um eventual desânimo, que poderia influir no voto dos constituintes "cincoanistas".

Para a sensação de que os quatro anos cresceram, contribuiu muito mais um estado de espírito do que, propriamente, fatos objetivos. De qualquer forma, alguns dos principais colunistas políticos do país capturaram e reproduziram esse estado de espírito já no meio da semana.

No "Jornal do Brasil", Villas-Bôas Corrêa escreveu, na quarta-feira, a respeito da suposta guinada pelos quatro anos: "Os votos estão viran-



O presidente José Sarney defende cinco anos e pode aceitar o parlamentarismo

do com a rapidez da degradingolada." No mesmo dia, Carlos Chagas, em "O Estado de S. Paulo", indicava já no título de sua coluna: "Agora, a gangorra indica quatro anos".

Mesmo em "O Globo", ferrenho defensor dos cinco anos, a tendência "quatroanista" aparecia mencionada na coluna política assinada por Tereza Cruvinel.

Os poucos nomes

Havia, entretanto, poucos nomes definitivamente transferidos dos cinco para os quatro anos, para

justificar a avaliação de uma tendência aparentemente irreversível. Entre eles, um ganhava maior peso: o de Ibsen Pinheiro (RS), por ser o líder do PMDB na Câmara e incondicional do presidente do partido, Ulysses Guimarães.

A passagem de Ibsen dos cinco para os quatro anos era interpretada como o sinal mais consistente de que Ulysses também prepara a mudança de posição, o que influenciaria o setor "ulyssista" do partido, numeroso o suficiente para dar, de fato, consistência à suposição de que os

quatro anos podem vir a ser majoritários, na hora da votação.

Outra mudança que também diz respeito às posições de Ulysses foi a de Fernando Gasparian (PMDB-SP), desiludido com a decisão do governo de fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Gasparian, às vésperas da votação sobre o mandato, na Comissão de Sistematização, a 15 de novembro passado, obtivera do presidente a garantia de que o Brasil não iria ao Fundo. "Vou votar pelos cinco anos para poder cobrar depois essa posição", justificou, na época. Ulysses pediu a Gasparian que votasse pelos cinco anos.

Outras defecções se deram em função das declarações de líderes do Centrão (Roberto Cardoso Alves e José Lourenço), no sentido de que o grupo suprapartidário queria cargos no governo em troca do voto nos cinco anos. Caio Pompeu de Toledo (PMDB-SP) mudou imediatamente de posição e comunicou a mudança ao líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. "Não estou à venda", explicou-se.

Dois outros constituintes de São Paulo —Paulo Zarzur e Francisco Amaral— manifestaram a intenção de tomar a mesma atitude de Caio, mas não a divulgaram publicamente.

Pelas contas dos "quatroanistas", a troca de notas entre o presidente da República e a cúpula da Igreja brasileira vai acabar produzindo mais defecções no grupo "cincoanista". "Foi uma grande bobagem", avalia João Herrmann.

Mandato pode virar 'buraco negro'

Essa sensação "quatroanista" contrasta fortemente com a única medição objetiva da tendência dos constituintes, feita pelo DataFolha e publicada no domingo passado. A pesquisa mostra que a maioria relativa dos congressistas (48%) continua sendo favorável aos cinco anos, contra apenas 43% que defendem os quatro anos.

Mais importante do que esse número em si é a comparação entre ele e o da pesquisa anterior, feita pelo DataFolha entre os dias 24 de novembro e 3 de dezembro do ano passado. Por ela, se verifica que nada mudou na tendência dos constituintes, a não ser contra os quatro anos. De fato, na pesquisa de 87, o número dos "quatroanistas" era superior ao do levantamento feito já em 88 (44% contra 43%). Os "cincoanistas" continuavam sendo 48% dos constituintes.

Entre uma e outra pesquisa, quase tudo o que ocorreu no país foi desfavorável ao governo, o que deveria ter levado a uma mudança de posição em favor dos quatro anos.

Houve, por exemplo, o quadro de escândalo que cercou a saída de Anibal Teixeira da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Houve um novo recrudescimento da inflação, que passou dos 14,1% de dezembro para os 16,5% de janeiro.

E houve, principalmente, o recesso do Congresso constituinte, que permitiu aos parlamentares regressarem a seus Estados e sentirem a tendência de seus eleitores. Antes do recesso, a grande esperança dos "quatroanistas" estava depositada exatamente na suposta pressão que o eleitorado —claramente favorável aos quatro anos, conforme todas as pesquisas de opinião pública— exerceria sobre seus deputados e senadores.

Pela medição do DataFolha, se houve pressão ela não foi suficiente, porque a porcentagem dos "cincoanistas" permaneceu a mesma, antes como depois do recesso.

Seis anos

Pela pesquisa feita pelo DataFolha, entra em cena um outro número, além de quatro e cinco anos: seis anos. Ocorre que as duas pesquisas, a do final de 87 e a de janeiro de 88, revelam que nem "quatroanistas" e nem "cincoanistas" têm número suficiente para atingir a maioria absoluta (50% mais um) no plenário do Congresso constituinte.

Como todos os argumentos a favor de uma ou outra tese já foram esgotados, é razoável supor que só um acontecimento excepcional, que não está no horizonte, faria os ainda indefinidos subirem a uma das canoas e com isso levá-la à marca

mágica de 280 votos. A tendência, pelo menos pelos dois levantamentos citados, é para a criação do chamado "buraco negro" —ou seja, a falta de votos para aprovar quatro ou cinco anos.

Nesse caso Sarney ficaria com seis anos, que é o mandato que lhe confere a Constituição em vigor.

Euclides Scalco (PMDB-PR), "quatroanista", reconhece esse risco e chega a dizer que só dois fatos novos podem alterar o quadro, pelo menos no âmbito do PMDB: uma ofensiva dos governadores e de Ulysses Guimarães a favor dos quatro anos.

Dos governadores, o único que dá indícios mais consistentes de que pode mudar para os quatro anos é o de Goiás, Henrique Santillo. Os demais são majoritariamente "cincoanistas", com as conhecidas exceções de Miguel Arraes (PE), Waldir Pires (BA), Moreira Franco (RJ) e Fernando Collor de Melo (AL), enquanto Orestes Quécia (SP) continua na ambiguidade e sem pedir votos pelos quatro anos.

E Ulysses?

De Ulysses Guimarães, tudo o que se conhece é a postura de esfinge que o caracteriza nos momentos agudos. Miguel Reale Júnior, seu assessor jurídico, diz que o presidente peemedebista está "ouvindo a voz das ruas e do partido" antes de fixar a sua posição.

Se ela depender do que Ulysses ouviu até agora, ele irá para os quatro anos. Só esta semana, Ulysses ouviu duas avaliações importantes, ambas favoráveis aos quatro anos: o senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), levou ao chefe de seu partido um balanço indicando que 75% das federações filiadas à CNI defendem os quatro anos.

Márcio Thomaz Bastos, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), levou dados ainda mais impactantes: todas as seccionais estaduais da OAB são pelos quatro anos de mandato para Sarney. "Inclusive a do Maranhão", deu-se ao luxo de acrescentar, com uma pitada de ironia, o presidente da OAB, referindo-se ao Estado natal do presidente da República. (CR)

Sem definição, pode dar seis anos

Da Sucursal de Brasília

Se a tendência apurada nas duas últimas pesquisas da Folha junto aos constituintes sobre a duração do mandato de Sarney se cristalizar em plenário, o presidente acabará ganhando um prêmio absolutamente inesperado: seis anos no Planalto. As pesquisas demonstram que nem "quatroanistas" nem "cincoanistas" têm os 280 votos necessários para a vitória de uma das teses. Na pesquisa publicada em 31 de janeiro, ouvidos 508 parlamentares, 48% deles optaram por cinco anos, e 43% defenderam os quatro. Os números, transplantados para o plenário, resultariam em aproximadamente 268 votos pelos cinco anos e 240 pelos quatro. Confirmado esse resultado, o jurista Miguel Reale Jr., assessor jurídico de Ulysses Guimarães, assegura: "Fica valendo o que está na

Constituição atual." Nela, o mandato é de seis anos.

O projeto da Sistematização prevê quatro anos para Sarney e eleições presidenciais este ano. Entre parlamentares circula a tese de que, caso "quatroanistas" ou "cincoanistas" não consigam 280 votos, Sarney exercerá o mandato previsto no texto permanente da nova Carta para todos os presidentes —pela Sistematização, cinco anos. Para Reale Jr., porém, "o que está no texto permanente não tem valor para o mandato de Sarney, já que rege o futuro, e o presidente está no exercício de seu mandato." Para regular o mandato de Sarney é necessária uma disposição específica; se não houver, vale a Carta atual". Ou seja: se não der quatro nem cinco, Sarney fica seis anos.

(Mauro Lopes)